

Primeira Sessão
sexta-feira, dia 10 de junho de 1966

Às 20:00 horas

Tese: PANORAMA SIDERÚRGICO NACIONAL

CONFERENCISTA:

Economista ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS
Ministro Extraordinário do Planejamento e Coordenação Econômica.

MESA DIRETORA

PRESIDÊNCIA DO

DR. IBERÊ GILSON — Presidente da COSIPA.

DANTE RONALD MONACO SIANI — Presidente do Centro Moraes Rego.

Orientador dos Debates — DR. ALBERTO PEREIRA DE CASTRO — Diretor-Industrial da COBRASMA .

DR. THARCISIO DAMY DE SOUZA SANTOS, Diretor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

DR. AMARO LANARI JÚNIOR — Presidente da USIMINAS.

General OSWALDO PINTO DA VEIGA — Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional.

DR. RENATO WOOD — Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

DR. MARTINHO PRADO UCHÔA — Diretor-Secretário do Instituto Brasileiro de Siderurgia.

PROF. FRANCISCO PINTO DE SOUZA — Diretor da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira.

DR. PAULO BOHOMOLETZ — Diretor da Companhia Vale do Rio Doce.

O Sr. Dante Ronald Monaco Siani — Senhoras e senhores, na abertura da XVIII Semana de Estudos Mínero-Metalúrgicos, do Centro Moraes Rego, gostaríamos de convidar para compor a Mesa o Dr. Iberê Gilson, Presidente da Companhia Siderúrgica Paulista — COSIPA; o Dr. Tharcísio Damy de Souza Santos, Diretor da Escola Politécnica; o Dr. Renato Wood, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE; o Gal. Oswaldo Pinto da Veiga, Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional; o Dr. Paulo Bohomoletz, da Companhia Vale do Rio Doce; o Dr. Martinho Prado Uchoa, Diretor — Secretário do Instituto Brasileiro de Siderurgia — IBS; o Prof. Francisco Pinto de Souza, o Dr. Amaro Lanari Júnior, da USIMINAS; o Dr. Edmar de Souza, Chefe de Gabinete do Ministro Roberto Campos.

Durante seus vinte e dois anos de existência, o Centro Moraes Rego tem procurado difundir, através de suas Semanas de Estudos, os mais diversos problemas mínero-metalúrgicos, no que tem sido bastante feliz, haja visto o apôio que recebeu durante a organização da presente Semana.

Assim é que, procurando manter o mesmo padrão técnico e científico de outras realizações, conseguimos reunir, na XVIII Semana de Estudos Mínero-Metalúrgicos, uma série de conferências de grande interêsse, tanto ao técnico, quanto ao administrador, no intuito de contribuir para o fortalecimento de nossa indústria de base e engrandecimento de nossa pátria.

Para proferir a primeira conferência desta XVIII Semana de Estudos, convidamos o Exmo. Sr. Ministro Roberto de Oliveira Campos, figura já bastante conhecida do Centro Moraes Rego, pois por mais de uma vez honrou as nossas Semanas com as suas magníficas exposições.

Na qualidade de Presidente do Centro Moraes Rego passo a Presidência da Mesa ao Dr. Iberê Gilson, ilustre Presidente da Companhia Siderúrgica Paulista.

ASSUME A PRESIDÊNCIA O DR. IBERÊ GILSON

O SR. PRESIDENTE — Senhoras e senhores. Inicialmente desejo agradecer a honra que foi deferida, não somente à minha pessoa, mas principalmente à companhia que tenho o prazer, o orgulho e a honra de presidir — a Companhia Siderúrgica Paulista.

Seja-nos permitido confessar que é com grande júbilo e justificado orgulho que presidimos a esta solenidade de abertura da XVIII Semana de Estudos Mínero-Metalúrgicos, que o Centro Moraes Rego promove.

A realização que ora se inicia consubstancia uma iniciativa digna dos maiores êncômios e merecedora dos melhores aplausos, quer por sua elevada significação técnica e universitária, quer pela projeção ímpar das figuras exponenciais que concorrem com o brilho da sua inteligência e o fulgor da sua cultura, para emprestar a esta Semana a objetividade e a atualidade tão indispensáveis à análise conjuntural e ao engrandecimento em base factível dos problemas nacionais, que o Centro Moraes Rego se propõe a abordar em seu temário, quer finalmente pela constância com que o Centro vem mantendo a Semana em dezoito anos, desafiando os empecilhos e os antagonismos que se lhe deparam, numa demonstração inequívoca de que a mocidade universitária brasileira pode, quando quer, ser agente dos mais alevantados propósitos, desfraldando a bandeira de um ensino prático e sadio, tendo como lema o aperfeiçoamento profissional, parcela fundamental ao progresso da nossa Pátria.

O Centro Moraes Rego, com a Semana de Estudos Mínero-Metalúrgicos, marcou e marca uma era na conduta do ensino universitário de Engenharia, estabelecendo um precedente sem igual pelo pioneirismo de sua iniciativa.

Esta noite, já por si só de encantamento e esplendor, tem a valorizá-la e a dignificá-la a figura do ilustre conferencista, o conhecido Ministro Roberto de Oliveira Campos, economista de projeção universal e mestre incontestado da ciência econômica que mereceu como de sua predileção. Emérito sob todos

os títulos, aborda a economia em tôda a sua gama de especializações com o rígido conhecimento de um sábio e com a flexibilidade de um expositor nato e brasileiro autêntico. Permitimo-nos destacar, na pessoa do Ministro Roberto Campos, usando a sua própria concepção expositiva, alguns sentimentos: o de altruísmo por excelência, o de brasileirismo e o de sacerdócio.

Altruísta por excelência, jorra o incessante produto de suas magníficas celebrações em favor do govêrno que integra e do nosso povo, recebendo todavia sòzinho tôda a coorte de imprecações que aventureiros no campo econômico-social, que portadores de errada mentalidade empresarial e que demagogos eleitoreiros alinham em seu proveito próprio sob o falso manto de um nacionalismo já por demais conhecido. O sentimento de brasileirismo de Roberto Campos se distancia do já famoso nacionalismo caolho e capenga, que teve sua época em governos passados, mas de cuja marcha fúnebre já ouvimos altíssimos acordes; êle se caracteriza pela condenação do jacobinismo exarcebado e descabido e pela ereção do dever e a valorização dos mais capazes, lindas demarcatórias do verdadeiro sentido de democracia e do desenvolvimento econômico, democrático, patriota portanto por guardar consonância com as nossas tradições políticas e religiosas. O sentimento de sacerdócio encontramos, cotidianamente, na abnegação com que o Ministro Roberto Campos exerce o Ministério a que se propôs e que administra com dedicação própria de um sacerdote.

Quando ainda secretário com exercício na embaixada do Brasil em Washington, coube ao atual Ministro do Planejamento a missão de tornar possível a construção da usina de Volta Redonda. Graças ao seu desempenho e ao espírito patriótico com que se houve, a Cia. Siderúrgica Nacional logrou seu intento e é hoje o portento que é, implantando no Brasil a indústria de aço em alta escala.

Como secretário executivo do Conselho do Desenvolvimento coube a Roberto Campos a concepção e o equacionamento da Usiminas e da COSIPA e foi devido à sua pronta e enérgica como presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico que aquêle estabelecimento de crédito concedeu os primeiros financiamentos a estas duas usinas que hoje são uma realidade risonha.

Como se vê, a história da siderurgia de alto porte no Brasil está intimamente ligada ao preclaro conferencista desta noite Roberto de Oliveira Campos, exemplo de dedicação ao

trabalho fecundo e altruístico, símbolo de homem público de alto descortínio e elevado patriotismo e ídolo dos economistas brasileiros.

Antes de dar a palavra ao ilustre conferencista, desejava convidar para integrar a nossa mesa o Dr. Alberto Pereira de Castro, que é o orientador dos trabalhos desta noite.

Tem a palavra o ilustre conferencista Roberto de Oliveira Campos.

..O Sr. Roberto de Oliveira Campos — Exmo. Sr. Dr. Iberê Gilson, presidente da Mesa; senhores membros da Mesa; meus senhores.

O panorama siderúrgico nacional acha-se estreitamente vinculado ao nível da atividade econômica internacional, ao panorama político nacional e mundial e ao crescimento do produto interno bruto.

Na presente conjuntura, de relativa estabilidade da política mundial, não existem fatores importantes perturbadores ou aceleradores da expansão ou retração da produção de aço.

Nem mesmo a guerra do Vietnam, que tem representado um encargo de apenas 2% do produto interno bruto americano (1) tem sido capaz de modificar o quadro geral da evolução siderúrgica.

No Brasil, a indústria siderúrgica, com seu baixo consumo de 40,6 kg per capita em 1962, apresenta-se, de um lado, como um campo passível de intensa expansão futura, de outro lado, como uma área de intensa sucção futura de recursos para a necessária expansão.

Difícil como é prever o futuro, algumas cifras merecem referência para ordenar idéias.

Expansão da produção de aço e da capacidade mundial

No seu conjunto, tem havido forte expansão da produção mundial do aço. O valor para 1960 era de 340 milhões de toneladas. Se se confirmar o prognóstico do Comitê das Nações Unidas que então previa, para 1972-1975, um consumo de 625 milhões de toneladas, (2) tal prognóstico corresponderia a uma taxa acumulada anual de crescimento, durante 14 anos, de 4% a.a.

(1) Mining Journal, Maio 13, 1966.

(2) Mining Journal, Julho 10, 1964.

Essa expansão tem sido ultrapassada no Brasil, como é natural, pois 4% a.a. excederiam em apenas 0,5% a taxa de crescimento anual da população. O seu consumo aparente de laminados, no período 1925-1962, passou de 373.485 t para 2.275.654, o que corresponde a uma taxa média anual, durante os citados 37 anos, de 5% a.a., tendo ela sido mais acentuada entre 1950 e 1962, período no qual foi de 8,65% ao ano. Nesse mesmo período, de 12 anos a produção interna passou de 572.489 a 1.998.913, correspondendo a uma taxa média acumulada de crescimento de 11% a.a.

O aumento da capacidade das usinas tem sido mais acentuado que o da produção efetiva mundial.

Este aumento da capacidade de produção mundial de aço foi de 6,5% a.a. no período 1953-1958 e cresceu para 10% ao ano no período 1958-1962. (3)

Deveu-se em grande parte à repercussão do desenvolvimento extraordinário da produção americana que atingiu um pico de 117 milhões de toneladas em 1955, seguido, porém, de um longo período de recesso até 1962.

Surgiu recentemente novo boom nos Estados Unidos, em 1964 e 1965, quando atingiu 127,1 e 131,2 milhões de toneladas. Mesmo assim, manteve-se a produção abaixo da capacidade efetiva da indústria.

Nesse mesmo ano de 1965 a Comunidade Européia de Carvão e Aço produziu 94,6 milhões de toneladas, a Grã-Bretanha 27, o Canadá, 10; o Japão, no período de 1964 a março de 1965 29,5, marcando este País uma das mais surpreendentes expansões da indústria siderúrgica no Mundo.

Capacidade ociosa

Curiosamente, verifica-se a existência de uma capacidade ociosa mundial resultante da diferença, nos vários países, entre capacidade instalada e consumo doméstico; uma permanente oferta de aço que, de fato, é superior à capacidade da importação dos vários países. Assim a capacidade ociosa de 1962 de 73,7 milhões de toneladas em 1962, corresponderam 120 milhões em 1963.

Tal circunstância se deve ao forte crescimento do setor siderúrgico em nações industrializadas (Europa Ocidental, Rús-

(3) Mining Journal, Julho 10, 1964.

sia e Japão) à modernização de métodos e aumento de produtividade; à impossibilidade da capacidade de fabricação instalada se ajustar exatamente à demanda.

Não obstante a oferta mundial de aço, o Brasil, premido por excesso de produção interna, logrou exportar pouco menos de 10.000 t em 1964 e cêrca de 300.000 t em 1965 (*). Tal circunstância que deve ser considerada como fenômeno passageiro do desequilíbrio, resulta de um consumo de laminados planos que não acompanhou as previsões, no período de reajuste da economia do País. Poderá tornar-se fenômeno permanente se forem dimensionadas usinas com previsão de uma quota para exportação, localizadas em locais especialmente favoráveis à concorrência internacional, usando nós da vantagem de um minério de qualidade, obtido a baixo custo.

Lancemos uma vista de olhos sôbre os **marcos da evolução siderúrgica brasileira.**

Foi sômente em 1914 que se realizou no Brasil a primeira corrida de aço. Desde então, pequenas usinas se foram instalando no País até que, vinte e três anos depois, a inauguração de Monlevadé representou um marco importante na evolução tecnológica dessa indústria siderúrgica, exclusivamente baseada na iniciativa privada.

Essas indústrias cresceram e se desenvolveram, representando hoje uma produção de lingotes da ordem de 1,5 milhões de toneladas por ano.

A siderurgia privada no Brasil caracteriza-se, de um lado, pelo seu programa de produção, que inclui barras e perfis leves e médios, tubos sem costura, fundidos e aços especiais, e de outro lado, pela escala pequena ou média de sua produção, quer em usinas não integradas, junto aos mercados de consumo, a partir da sucata, quer em usinas integradas, baseadas na produção de gusa em altos-fornos a carvão vegetal.

O apogeu dessa pequena e média indústria siderúrgica brasileira, na década dos trinta, coincidiu com a importante inovação tecnológica da siderurgia mundial, caracterizada pela criação dos laminadores contínuos ou semi-contínuos para tiras e chapas, a quente e a frio.

Assim, com a criação da Cia. Siderúrgica Nacional, as chapas começaram a ser produzidas no País por processos tecnologicamente mais adequados, e o acêrto dessa iniciativa é demonstrado pelo desenvolvimento da produção de Volta Redonda, que seguiu de perto o notável aumento do consumo

dos produtos planos em todo o País, particularmente na área industrial de São Paulo.

O crescimento da escala de produção das usinas siderúrgicas, motivado pelo laminador contínuo, estava a exigir transformações tecnológicas paralelas nas outras fases da produção, particularmente na fabricação de aço.

A solução foi encontrada há pouco mais de 10 anos com a utilização do oxigênio para o refino do aço, em unidades conversoras cuja produtividade pode ultrapassar várias vezes a de um antigo forno Siemens-Martin.

Dêste modo, não somente a Belgo-Mineira como as novas usinas da Usiminas e da COSIPA já alimentam seus trens com lingotês produzidos em conversores a oxigênio.

O volume dos investimentos e sua lenta maturidade no estabelecimento de grandes emprêsas siderúrgicas, veio a exigir, no Brasil, a participação do Estado a fim de promover a criação de uma produção siderúrgica essencial ao desenvolvimento econômico. Estabilizados que sejam tais investimentos, não haverá razão para ficar em mãos governamentais e administração de emprêsas que já tenham capacidade técnica e econômica para crescerem por si mesmas.

Posição atual

O panorama da indústria siderúrgica nacional apresenta, nos dias de hoje, de um lado, três grandes usinas com predominância de recursos do Govêrno, Volta Redonda, Usiminas e COSIPA — cuja função básica é suprir o mercado de produtos planos; de outro lado, pequenas e médias usinas, integradas ou não, quase tôdas de propriedade privada.

A produção nacional de lingotes de aço, de cêrca de 3 milhões de toneladas por ano, divide-se aproximadamente meio a meio entre aquelas três emprêsas e as particulares.

A manutenção e o desenvolvimento dessa pequena e média siderurgia útil ao desenvolvimento brasileiro exige, entretanto, que se adaptem às condições cambiantes do mercado nacional, seja crescendo rapidamente em capacidade de produção para melhorar os índices de produtividade dos produtos comuns, de maior índice de consumo, seja adaptando sua tecnologia à fabricação de produtos especializados, cuja escala de produção econômica é mais baixa em quantidade, e mais favorável quanto aos preços unitários.

Os laminadores de barras e perfis leves não têm a voracidade dos trens contínuos de chapas e tiras, pois que, em vista da multiplicidade dos produtos fabricados, exigem grande flexibilidade das instalações. Às vezes, menores capacidades de produção horária são adequadas e econômicas.

Entretanto, tal como na fabricação dos produtos planos, como do próprio aço em lingotes, a nossa pequena ou média indústria siderúrgica deve seguir de perto a evolução tecnológica, de modo a emparelhar-se com os melhores índices de produtividade dos países industrialmente mais avançados. Essa é uma condição essencial para o desenvolvimento, e se devemos adotar sempre a melhor e mais moderna técnica em toda a nossa produção industrial, tal atitude deve começar em indústrias básicas como a siderurgia.

O Brasil tem sabidamente condições para produzir aço barato mas, infelizmente, os custos atuais são elevados. Para corrigir esta situação, um esforço se faz necessário, ao qual cada um, empresário ou governo, dê sua contribuição, em benefício do desenvolvimento do País. Éste o sentido de uma política econômica para um País industrialmente amadurecido, que aspira a uma posição honrosa nos embates da concorrência no mercado internacional.

Quais serão agora as **condições seguras para uma expansão futura?**

Alguns princípios para a expansão futura da produção de aço parecem poder ser formulados, entre os quais:

- a) Enquanto o País não atingir um consumo per capita satisfatório, no mínimo o triplo do atual, o que ainda é cifra muito modesta, haverá larga margem para expansão siderúrgica;
- b) Esta dependerá essencialmente da nossa capacidade de investir e consumir, isto é, da aplicação correta de nossa poupança, da possibilidade de recurso ao capital externo; dependerá também do crescimento do produto interno per capita, que traduz o aumento de capacidade interna de compra;
- c) A seleção de projetos novos economicamente favoráveis no sentido nacional e internacional é uma exigência para sobrevivência e refôrço da nossa siderurgia.

Do equilíbrio dos itens anteriores depende o futuro da nossa siderurgia. Por um lado, a nossa pobreza restringe a

expansão, de outro lado, o nosso subdesenvolvimento exige maior expansão siderúrgica.

São também condicionantes de uma expansão correta:

- a) A escolha de soluções unitariamente mais baratas;
- b) A escolha de dimensões internacionalmente consideradas como de escala industrial mínima;
- c) A adoção de soluções ditadas por condições econômicas reais e não por tendências regionalistas ou fatores políticos.

O Governo defronta-se agora com projetos de expansão de várias usinas, antigas e novas: Volta Redonda, Usiminas, Cosipa; novos projetos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Amazonas.

De vários projetos já participa ou participará financeiramente o Governo, por força da escassez de capital privado.

Daí, mais uma razão que impõe a comparação de soluções alternativas, a fim de que as adotadas correspondam a uma rentabilidade máxima dos recursos públicos aplicados. É o que está sendo agora tentado num esforço de análise econômica acurada.

Mudança das condições determinantes da siderurgia mundial

Algumas mudanças tecnológicas profundas, umas em marcha há vários anos, outras recentes, vêm alterando as componentes do panorama siderúrgico do mundo, como sejam:

- a) O avanço da técnica do preparo prévio do minério usado no alto-forno, quer se trate de sinterização, quer de pelletização;
- b) A considerável economia obtida no uso do coque por tonelada de gusa, que hoje se situa abaixo de 500 kg no Japão;
- c) A preferência por minério de alto teor, mesmo trazido de regiões longínquas, uma vez que o uso de cargueiros de 60.000 a 100.000 tdwt veio solucionar o problema do transporte marítimo a longa distância;
- d) O emprêgo de grandes unidades para preparo de gusa, isto é, de altos-fornos de 3.000 a 4.000 t de capacidade diária.

O conceito de matéria prima para uma siderurgia, que antigamente se entendia "strictu sensu" como minério "in natura", de qualidade, vem se deslocando para o de uma matéria prima mais elaborada, de teor em ferro mais elevado e de manipulação mais conveniente, como seja, minério classificado, pellet, gusa e mesmo aço sob forma de tarugos ou billets.

Já é possível conceber usinas que partam do aço fornecido por terceiros a preços mais convenientes e que limitem seu trabalho à laminação propriamente dita.

É o que está acontecendo na Itália, em Taranto, que dispõe de uma instalação para 2,5 milhões de toneladas de aço, com projeto de expansão para 4 milhões, a qual fornece aço a terceiros, quebrando o princípio tradicional de que uma usina siderúrgica deva ser integrada.

É também a concepção de Ijmuiden, na Holanda, a que se associaram siderúrgicas alemãs, para obter aço mais barato e laminá-lo, em segunda etapa, na Alemanha Ocidental.

A falta de minério doméstico conduz a preferir a solução bipartida: aço obtido no Exterior em condições econômicas mais vantajosas à beira-mar, transformação plástica subsequente dêsse aço no interior do País.

Curioso é portanto notar que a adoção de grandes unidades para diminuir custos, — grandes cargueiros, grandes altos-fornos — de técnicas modernas de preparo de minério para reduzir combustível, estão limitando a escolha do número de locais favoráveis à grande siderurgia barata. Estão também acarretando, como consequência, maior interpenetração e internacionalização de interesses, além da bipartição do processo siderúrgico, sempre que a existência de portos adequados de grande calado ofereçam condições favoráveis.

Influência de tais tendências sobre o Brasil

Tais tendências modernas poderão vir a influenciar a posição brasileira no mercado siderúrgico internacional.

Independentemente de usinas para servir o mercado interno, não poderemos deixar de dirigir nossa atenção e nossas vistas para o estudo da possibilidade de criação de novos instrumentos de produção que visem o mercado externo. É bem possível que a situação ímpar de Tubarão ou da região de Mangaratiba possa permitir-nos ascender a etapas mais elaboradas do conceito de matéria prima a exportar, não nos limitando a minério ou pellets, mas possivelmente chegando ao

próprio aço, num sistema amplo internacional de troca de carvão por ferro na forma que fôr mais conveniente aos nossos compradores.

A angústia de matéria prima de qualidade que se faz sentir em vários Países altamente industrializados, da reserva nula ou em extinção, constitui perspectiva favorável à vinda de capitais externos para a promoção de uma mais acentuada troca de matérias primas dentro de um conceito de bipartição siderúrgica e de trocas amplas; no sentido da exportação, minério e tarugo de aço; no sentido da importação, carvão para nosso consumo.

A nossa receptividade futura à aceitação de capital e tecnologia externas e a nossa capacidade de associação com interesses siderúrgicos alienígenos poderão determinar rumos novos complementares no nosso quadro siderúrgico, dentro da moderna concepção de usinas bipartidas, em que a produção de aço semi-acabado seria atraída para a orla marítima dos países exportadores ou importadores de minério, fazendo-se a transformação plástica mais vizinha dos centros de consumo.

As premissas básicas de uma política siderúrgica nacional no Brasil parecem ser as seguintes:

- 1 — Pensar **internacionalmente**, seja em termos de dimensão de usinas, seja de sua localização, pois tudo indica que o Brasil pode tornar-se substancial exportador de aço, e principalmente de aço semi-acabado, para posterior transformação plástica.
- 2 — Pensar **competitivamente**, o que nos obriga, de um lado, a evitar excessivo regionalismo que resulte na implantação de emprêsas em pequena escala e altos custos de produção; de outro lado, a buscar uma redução de custos pelo barateamento do capital de giro e pela economia de investimentos, ampliando-se as usinas existentes, de preferência à implantação de novas, a não ser quando justificado pelos custos de transporte ou condições especiais de mercado; e, finalmente, moderando-se gradualmente as exigências de consumo de carvão nacional, paralelamente a um esforço de reorganização da economia carvoeira em torno de carbo-química, de siderurgia local e, possivelmente, de produção de energia térmica, a fim de que os custos de nossa produção possam enfrentar a crescente competição mundial.

É dentro dessas premissas básicas do raciocínio que se está procurando formular o plano decenal de desenvolvimento

siderúrgico, que esperamos nos próximos meses seja alvo de amplo debate e discussão para que possamos transformar a paisagem inerte de nossos minérios numa real fonte de riqueza e de criação de novas oportunidades de emprêgo, seja pela industrialização interna, seja pela exportação intensiva de minério puro assim como pelletizado ou industrializado, recuperando o tempo perdido por uma conjugação fatal do preconceito pseudo-nacionalista, visão mesquinha do escambo internacional e inércia na adaptação a uma tecnologia cambiante e dinâmica.

Muito agradeço ao Centro Moraes Rego a oportunidade deste contato com técnicos siderúrgicos nacionais e sou grato, sobretudo, às palavras extremamente generosas, exageradamente generosas, que correm à conta de nossa velha amizade, do Dr. Iberê Gilson, eminente Presidente da COSIPA.

Muito obrigado.

DEBATES

O SR. PRESIDENTE — Tenho o prazer de passar a palavra ao Dr. Alberto Pereira de Castro, orientador dos debates desta noite.

O Sr. Alberto Pereira de Castro — Perguntaria, primeiramente, se alguém tem perguntas a fazer. Pediria fossem perguntas bem específicas, para não se alongarem os debates mais do que o necessário.

O Sr. Antônio Pena — Desejaria perguntar ao Sr. Ministro, uma vez que citou o exemplo da usina de Taranto, na Itália, como usina de semi-acabados ou, como chamou, de usina bipartida, qual a razão que levou a Itália à solução de uma usina bipartida e não à clássica de usina integrada. E prolongaria minha pergunta indagando qual seria a razão de, no Brasil, adotar-se uma solução desta natureza.

O Sr. Roberto de Oliveira Campos — Imagino que a motivação italiana, a importação maciça de minério de ferro ou pellets para uma usina de orla marítima, podia produzir tarugos e pellets a baixo custo, municiando as demais usinas italianas, nas quais se verificava em vários casos excesso de capacidade de laminação.

Essa solução pareceu bastante interessante e tem sido copiada em vários países. No caso brasileiro, a opção é entre exportar minério in natura ou exportar minério processado em diversos graus de processamento. É óbvio que teremos que combinar as três soluções — exportar minério in natura na medida em que podemos fazê-lo e haver aceitação no mercado mundial, processá-lo através de pelletização para atender à evolução tecnológica que se processa, mas tudo indica haver grande interesse, particularmente na Europa, em importar já tarugos e pellets confinando as atividades industriais à laminação. Este é o caso principalmente das usinas mediterrâneas, que se encontram hoje em posição competitiva algo difícil, porque não se podem beneficiar da mesma maneira que as usinas, na orla

marítima, do frete marítimo baixo, para transporte de minério ou pellets, de vez que o problema tem que sobrepor ordinariamente transporte ferroviário. É o caso de algumas usinas no Interior da Alemanha, certamente o caso da Áustria, país mediterrâneo. Nestes casos, parece que a economicidade seria melhor preservada, importando-se já o produto processado, semi-acabado, de maneira que o frete ferroviário aplicado a um produto semi-acabado fôsse uma parcela menor do custo total. Isto é que leva o Brasil a considerar seriamente a possibilidade de se transformar num exportador de produtos semi-acabados, desde que êsse desenvolvimento se faça a partir de usinas litorâneas que se beneficiariam do frete de retôrno, do carvão barateado pela exportação do minério de ferro ou de pellets em que poderiam entrar em associações, particularmente com empresas européias, as quais o aguçamento da concorrência e as modificações tecnológicas têm levado à conclusão de que mais valeria na realidade importar o produto semi-acabado para fazer a transformação plástica junto ao mercado.

Existem, evidentemente, as duas possibilidades. A Holanda está procurando transformar produtos semi-acabados partindo da importação de minério e processamento local em pellets. Conta para isso com a modificação tecnológica da navegação, que barateou os custos de transporte e com a excelente situação dos seus portos litorâneos.

No caso brasileiro, a vantagem está na disponibilidade a custo relativamente baixo do minério de ferro e da possibilidade que existe de baratear, enormemente, os nossos fretes de carvão, que seriam meramente fretes de retôrno. Tudo indica haver interêsse de vários produtores europeus em se associarem a brasileiros para produção de semi-acabados para laminação posterior na Europa.

O Sr. Alberto Pereira de Castro — Prosseguindo neste tema levantado pelo Cel. Pena, estão presentes o Gal. Oswaldo Pinto da Veiga e o Dr. Amaro Lanari Júnior, ambos presidentes de usinas que exportam. Seria possível saber qual a receptividade para os produtos semi-acabados em relação aos acabados, mesmo em relação aos mercados latino-americanos, sabendo-se que a Argentina é um grande importador de semi-acabados?

O Sr. Amaro Lanari Júnior — A Usiminas tem exportado grandes quantidades de produtos semi-acabados para a Argentina. Realmente, as condições que temos na Usiminas não são de molde a tornar grandemente competitivos os nossos semi-acabados. Mas, dentro do Mercado Comum Latino-Americano, isto já é perfeitamente possível. Temos exportado dezenas de milhares de toneladas de semi-acabados e também de muitas vêzes a quantidade que exportamos. Mas acredito que a tese levantada pelo Ministro Roberto Campos é perfeitamente viável: temos condições, no Brasil, para produzir à margem do mar, à beira-mar, o aço mais barato do mundo, e portanto temos condições para exportar êsse aço, sobretudo sob a forma de semi-acabados, que é o que as indústrias principalmente as indústrias siderúrgicas da Europa, visam ou seja o abastecimento a baixo preço da matéria-prima semi-elaborada.

Acredito que esta seja uma tendência natural no mundo e devemos nos preparar para isso. Nós, da Usiminas, já o estamos fazendo no mercado sul-americano. Tais sejam as nossas melhorias de condições de exportação e de custo das matérias-primas para a nossa indústria, poderemos levar essa matéria-prima, êsses semi-acabados aos mercados etropeus, americanos ou mesmo do Japão.

O Sr. General Pinto da Veiga — A Companhia Siderúrgica Nacional, como a Usiminas, vem exportando, não somente o produto semi-acabado para o mercado latino-americano, como também produtos acabados.

Sr. Ministro, eu pediria licença para fazer uma pergunta: há interesse de nós produzirmos apenas semi-acabados em maior escala para exportação, ou deveríamos pensar também nos produtos acabados para exportação? Porquanto, à proporção que podemos incorporar a mão de obra brasileira em determinado produto é que tornará cada vez mais barato, em comparação com o produto estrangeiro, para usinas de grande porte com grandes possibilidades de produzir barato. Se o Brasil tem a possibilidade de produzir semi-acabados baratos, tem também possibilidade de produzir acabados baratos. Em suma: essa tendência é apenas por uma questão de encarecimento deste produto ou o mercado internacional não deseja receber produtos acabados do nosso país?

O Sr. Roberto de Oliveira Campos — Eu diria que, sempre que fôr possível, convém exportar o produto na sua forma mais avançada de elaboração. Entretanto, a nossa competitividade é muito menor no produto acabado do que no produto semi-acabado, se produzido a partir das grandes usinas litorâneas que estão meramente planejadas. O fator determinante no caso é a resistência do mercado. Os países europeus principalmente, não estão dispostos a, evidentemente, sucatar toda a sua tradicional indústria siderúrgica. Tendo agora dificuldade de competir, tendo havido várias transformações tecnológicas, certamente procurarão manter ao máximo a sua capacidade tradicional de laminação, cedendo apenas, e assim mesmo parcialmente, o mercado para produtos semi-acabados.

O problema, portanto, é muito mais um problema de resistência de mercado do que de nossa capacidade de produção. Seria extremamente difícil persuadir os austríacos, apesar de terem situação mediterrânea que os impossibilita de se beneficiarem dos custos baixos de transporte marítimo, porque têm que complementá-lo com transporte ferroviário, a sucatar toda sua indústria de aço; é perfeitamente possível induzi-los a manter ativa sua indústria de laminação e substituir a importação de matéria prima bruta pela importação de matéria prima elaborada..

O mesmo sucederia provavelmente na Alemanha e outros países. Imagino que seja também o caso da Argentina, donde ser mais fácil contemplarmos uma grande expansão na exportação de semi-acabados do que uma grande expansão na exportação de acabados; evidentemente, na medida em que conseguirmos importar acabados obteremos vantagem maior pela incorporação maior de mão de obra.

O Sr. João Gustavo Haenel — Queria perguntar ao Sr. Ministro como encararia a questão do planejamento da indústria siderúrgica, que está no momento sendo elaborada no próprio Ministério do Planejamento, através da captação de empresas especializadas, e que permitiria evitar duplicação de usinas como no passado, se isto não seria feito melhor de maneira permanente no próprio âmbito da indústria siderúrgica formando uma espécie de áreas mais predominantes no âmbito da indústria siderúrgica como há na Inglaterra, permitir o planejamento mesmo de impressos internos siderúrgicos como a indústria privada coletivamente realiza lançando obrigações

siderúrgicas para expansão de toda indústria siderúrgica, rateados entre as diversas usinas.

Pergunto se isto não seria desejável e se o Ministério do Planejamento não teria interesse em fomentar um tipo dessa empresa privada para que isso se estabeleça de maneira permanente e não simplesmente esporádica como agora acontece?

O Sr. Roberto de Oliveira Campos — Certamente que a institucionalização do planejamento siderúrgico no Brasil é altamente desejável. A razão porque tivemos que recorrer no caso ao apoio do Banco Internacional é dupla: em primeiro lugar porque queríamos contar com uma fonte de financiamento a longo prazo para escapar às deficiências de estruturação financeira que se verificaram em várias de nossas usinas, principalmente à COSIPA, mas também em certa escala à Usiminas.

O Banco Internacional dá financiamento a longo prazo, com amplo período de carência. No caso da COSIPA tivemos pela deterioração do crédito internacional do Brasil naquela ocasião, que não permitia acesso a fontes de financiamento a longo prazo como o Banco Internacional, tivemos que recorrer a crédito de fornecedores, obviamente insatisfatórios porque demasiadamente curtos para a entrada em produção e desenvolvimento da rentabilidade da usina.

O nosso propósito, portanto, é apelar para a assistência técnica do Banco Internacional para principalmente estabelecer uma cabeça de ponte para financiamento à indústria siderúrgica a longo prazo, escapando às presentes deficiências da estruturação financeira.

O segundo motivo porque recorremos a uma organização como o Banco Internacional do qual somos membros, é para ter argumento com que resistir à excessiva pressão regionalista e politizante que se manifesta na consideração do problema de aço brasileiro.

É sabido que cada Estado quer ter uma siderúrgica e uma refinaria. Estamos em escala regional. Em escala estadual repetiria o que em escala internacional me disse em certa feita um eminente economista inglês que foi assessor do governo de Gana, definindo um dos novos países da África como sendo um grupo de africanos que deseja ter uma refinaria, um aeroporto moderno e uma usina de aço.

Estamos arriscados de um excessivo regionalismo na indústria de aço, transformando-se a posse de uma siderurgia numa questão de prestígio e foi considerado útil termos opinião internacional imune de paixões regionalistas e uma análise assás severa de critérios de regionalização industrial.

Foram êsses os dois motivos que nos levaram a apelar para a assistência técnica do Banco Internacional. Mas, evidentemente, os critérios racionais de análise e planejamento passarão a ser um patrimônio nacional e daqui por diante informarão certamente o nosso pensamento siderúrgico.

Quanto à idéia de lançamento de bonus siderúrgicos para financiar a expansão, é algo que só poderá suceder mais tarde quando tivermos retornado à estabilidade monetária, porque não haveria realmente condições financeiras no momento de auto-financiamento industrial mediante processo de lançamento de bonus como ocorre

na indústria das comunidades européias de aço e carvão. Mais tarde, entretanto, será possível que isto aconteça.

De outro lado, a estrutura atual de nossa indústria, em que começa a haver a predominância governamental, não favoreceria esta privatização do planejamento a que se refere o Dr. Haenel, a não ser que as indústrias privadas aceitem o desafio que o governo lhes lançou ao declarar que está disposto a vender ações das usinas siderúrgicas estatais, seja Volta Redonda, seja COSIPA, seja Usiminas.

Infelizmente, a luva não foi colhida até o momento pelas indústrias mas é de se desejar que o seja e assim poderemos privatizar um pouco mais o planejamento siderúrgico no país.

O Sr. Waldemar Coronha — Queríamos indagar do Sr. Ministro se o objetivo de venda de ações de Volta Redonda, Usiminas, COSIPA é aquém de 51%, isto é, o B.N.D.E. perderia o controle dessas usinas ou apenas uma faixa da ordem de 49%?

O Sr. Roberto de Oliveira Campos — No caso da COSIPA e Usiminas seria até 100%, porque essas usinas nasceram para serem privadas. Foi meramente por acidente, por escassez de capitais que se transformaram em usinas estatais. A COSIPA sempre foi concebida como sendo usina privada e o governo consentiu em inicialmente ter uma participação minoritária no capital, suplementada com empréstimos governamentais de tal maneira que o governo seria a principal fonte de recursos estatais, mas seria um acionista minoritário.

O mesmo sucedeu inicialmente na Usiminas. Por um complexo de razões, a dimensão própria do investimento, longo período de maturação, os desgastes produzidos pela inflação, não houve capitais privados dispostos a arcar com a responsabilidade do projeto e o governo teve que ficar; as usinas passaram para as mãos governamentais. Tinham sido concebidas como usinas privadas. Acredito que o governo ficaria feliz de vender 100% tanto da COSIPA como da Usiminas.

No caso de Volta Redonda é algo diferente. Volta Redonda nasceu mesmo concebida como usina de predominância estatal. Não sei se os estatutos ou a lei que criou Volta Redonda permitem que haja maioria privada. Tenho a impressão de que ela foi concebida como usina de maioria governamental. Mas certamente não é o caso da COSIPA e da Usiminas, em que o Governo certamente concordaria em vender até o último centil para, evidentemente, recapturar recursos para novos empreendimentos pioneiros.

O Sr. Waldemar Coronha — Sr. Ministro, enquanto o Governo não abrir mão destas usinas citadas — Usiminas, COSIPA e Volta Redonda — perguntaria a V. Excia. se está o Governo Federal empenhado na especialização destas 3 usinas, a fim de evitar concorrência desnecessária, inclusive com relação a determinados subprodutos de coqueria, como defende o Engenheiro Walter Motta, superintendente da Coqueria de Volta Redonda.

O Sr. Roberto de Oliveira Campos — Bem, acredito que deve haver, e o B.N.D.E. com isto se preocupava, com um certo grau de distribuição de tarefas das usinas estatais. Já existe de certa forma uma distribuição empírica de tarefas, uma vez que a Usiminas se concentra em chapas pesadas, a COSIPA em chapas leves e Volta Redonda num misto de chapas e perfis, por ser uma usina mais versátil. Não conheço nenhuma iniciativa de coordenação de sub-

produtos de coque. Mas todo êste panorama tem que ser reconsiderado à luz desta análise conjunta que está sendo feita pelo B.N.D.E. e pelo Banco Mundial, que exatamente farão uma análise extremamente detalhada da estrutura de consumo, do equipamento produtivo das diversas indústrias, para chegar a uma fórmula ótima de "products mix" — mistura de produtos — de tal maneira que estas usinas sejam, tanto quanto possível, complementares antes que competitivas. É forçoso reconhecer, entretanto, que estas usinas nasceram com base em análises de mercados assaz rudimentares, sem nenhum exame de relações inter-industriais, e somente agora é que estamos procurando adquirir ou alcançar uma visão racional da estrutura da demanda, da estrutura da oferta e da fórmula ideal de adequação da oferta e da procura.

O Sr. Waldemar Coronha — Última pergunta, Sr. Ministro. Tendo o Plano de Ação Econômica do Governo de V. Exa., como um de seus principais objetivos, atenuar os desníveis econômicos regionais, julga V. Excia. aconselhável a utilização de parcela dos 2 trilhões e 220 bilhões do plano de expansão de Volta Redonda, agora que o seu limite é de 2 e meio milhões de toneladas, e aplicá-la na construção da siderúrgica do Vale do Paraopeba? Esta medida não viria promover a integração dos vales do Paraopeba e Paraíba, além de fortalecer as finanças da Central do Brasil?

O Sr. Roberto de Oliveira Campos — Tenho a impressão de que o critério dominante no caso seria o custo da tonelada de aço. Se fôr mais barato obter uma tonelada adicional de aço acrescentando a capacidade de Volta Redonda, do que construir uma usina nova, mais vale fazer um investimento em Volta Redonda. Com dinheiro assim poupado se poderá acelerar o desenvolvimento de outras áreas. Obviamente há uma preocupação de diminuir o desequilíbrio regional mas a diminuição dêsse desequilíbrio pode ser alcançada através de vários caminhos. E certamente o caminho mais indicado não será construir instalações menos econômicas, com custo de produção mais alto por tonelada de aço, e sim canalizar investimentos para aqueles setores de atividades onde a produtividade da região a desenvolver seja maior.

O Sr. Mário Pinto — Sr. Ministro, em relação às usinas de beira mar, para exportação, sendo os recursos para investimentos um dos fatores mais escassos num país em desenvolvimento e havendo sempre o perigo, no mercado internacional, de competição e mudanças de tecnologia, mudanças de conjuntura que diminuam a competitividade destas usinas brasileiras para semi-acabados, pergunto se não seria de boa cautela estabelecer que essas usinas seriam feitas predominantemente para ser pago o investimento à custa do produto exportado.

O Sr. Roberto de Oliveira Campos — Acredito que há duas fórmulas para minimizar, digamos, o risco cambial da amortização do investimento. Uma seria condicionar a amortização do investimento à exportação do produto acabado, tornando a operação auto-liquidável. A outra possibilidade é associarem-se os consumidores ao próprio investimento, diminuindo a parcela estritamente nacional e admitindo a participação no esforço de investimento dos eventuais consumidores. Êste segundo esquema parece mais aceitável do que o primeiro, porque nem sempre o fornecedor de equipamentos coincide com o importador ou interessado na exportação do produto semi-

acabado. Quando houver esta coincidência, é fácil estabelecer-se que a amortização do equipamento importado, do investimento, seja feita através do fornecimento de produtos semi-acabados. Quando não exista, entretanto, e esta é a maioria das vezes, identidade entre o fornecedor do equipamento e o interessado na aquisição do produto semi-acabado, aparece a possibilidade da segunda fórmula. Quer dizer, o consumidor do produto semi-acabado ser acionista da empresa produtora. Desta forma, não só não haveria um ônus cambial do investimento como haveria uma garantia de mercado e, ao invés do conceito antigo de mina cativa, teríamos o conceito de mercado industrial cativo.

O Sr. Francisco Pinto de Souza — Sr. Ministro, minha pergunta tem um certo paralelismo com a do Dr. Mário Pinto. Em reuniões anteriores houve muita discussão em torno de exportar minério ou exportar produtos semi-acabados. Entretanto, discutiu-se o problema de, em vez de exportar minério, exportar gusa. No momento, parece que o Ministro entusiasma as empresas que querem mandar um produto procedente de lingotes contínuos ou semi-acabados em aço. E, em reuniões e pontos de vista externados quando V. Exa. era membro do Conselho de Desenvolvimento, houve uma tese sobre o risco de exportar gusa, pela dificuldade de estabilidade do mercado, primordialmente por isso. Agora pergunto a V. Exa. se acha que essa estabilidade de mercado existirá com semi-acabados, um produto mais elaborado do que gusa, ou se V. Exa. impõe a quem vai fazer usinas que crie realmente o mercado cativo do produto semi-acabado.

O Sr. Roberto de Oliveira Campos — Não sou propriamente um técnico em siderurgia. Meus conhecimentos são assaz superficiais, certamente muito inferiores aos do Dr. Francisco Pinto de Souza, mas segundo entendo a exportação de gusa tem sido bastante esporádica e é esporádica no mercado mundial pelo fato de que o reaquecimento e a energia térmica necessárias à transformação do gusa em aço é, em alguns casos, de tal monta que neutraliza as vantagens da importação de gusa. Ao passo que, no caso de semi-acabados, já se tendo consumado um processo térmico muito mais avançado, a economicidade da importação pode ser maior, restando apenas a operação de laminação.

Obviamente, se há riscos na constituição de usinas para exportação de semi-acabados, por mudanças eventuais de mercado, o meio de corrigir esse risco é exatamente fazer com que boa parcela dos investimentos seja financiada pelos próprios consumidores potenciais. Quer dizer que, com uma usina de transformação, interessada em obter semi-acabados, através da fórmula de mercado cativo obter-se-ia uma relativa segurança de investimento.

Tudo indica, entretanto, que a tendência tecnológica atual de, no caso das usinas mediterrâneas, confiná-las cada vez mais à laminação, importando cada vez mais semi-acabados, seja das usinas litorâneas do próprio país, de países vizinhos ou de ultra-mar, é uma tendência estável, ao contrário das importações de gusa, que foram extremamente flutuantes no mercado mundial e, quase sempre, justificada ou causada por uma temporária superocupação das usinas locais, mas não propriamente por questão de economicidade do processo produtivo.

O Sr. Amaro Lanari — Desejaria fazer uma pergunta relacionada com o desenvolvimento da indústria siderúrgica privada, no

Brasil. Estamos em São Paulo, centro da iniciativa privada neste país, de maneira que esta pergunta tem seu cabimento.

V. Exa. se referiu ao desenvolvimento possível das indústrias siderúrgicas integradas, à beira-mar, em grande escala, para exportação, como um caminho que se abre ao Brasil para exportação de semi-acabados. Acredito que o Brasil tenha a possibilidade de impor-se no mundo como exportador de semi-acabados, desde que correções sejam feitas na nossa estrutura fiscal, legal, de transportes etc.

Quanto ao desenvolvimento da siderurgia brasileira propriamente, para o mercado interno, temos as três grandes usinas estatais: Usiminas, COSIPA e Volta Redonda, basicamente preocupadas, como V. Exa. referiu-se, ao fornecimento de produtos planos. E temos, por outro lado, a siderurgia quase toda privada que se dedica à produção de barras e perfis, a qual representa cerca da metade da produção total. Ao que tudo indica, deve desenvolver-se essa produção, vindo a ser, em 70 ou 75, quatro vezes maior do que a atual.

Os desenvolvimentos da Usiminas, COSIPA e Volta Redonda estão sendo estudados por um grupo do Banco Mundial e do BNDE. Acredito que recursos serão, de maneira relativamente fácil, levados para essa siderurgia estatal, porque, naturalmente, o Governo Brasileiro se empenhará e garantirá esses investimentos.

Mas a siderurgia privada, constituída de pequenas e médias empresas siderúrgicas, das quais temos como exemplo maior a Belgo Mineira e outras pequenas usinas disseminadas junto ao mercado consumidor, vai ter que crescer, também, multiplicar a sua produção, quadruplicar se possível, para atender às demandas do mercado interno, produzindo formas especiais de laminados, qualidades especiais de laminados, aços especiais, fundidos etc.

Como o Governo pensa tornar possível, em tão pouco tempo, permitir que essas empresas tripliquem ou quadruplicem sua capacidade? Elas encontram dificuldades grandes, a começar pelo levantamento de capital. A rentabilidade das indústrias siderúrgicas é baixa; precisariam de estímulos fiscais ou de financiamentos em condições muito especiais, em consonância com sua capacidade de pagar com sua rentabilidade. Precisariam de uma política de preços adequados, que lhes permitisse capitalizar o suficiente para os compromissos que tivessem assumido, enfim, precisariam, basicamente, de capital e de financiamento para crescerem de maneira extraordinária, quadruplicarem em poucos anos.

Como o Governo pensa em facilitar aos investidores privados, que se entusiasmem e se disponham a quadruplicar suas instalações em tão curto período?

O Sr. Roberto de Oliveira Campos — Em primeiro lugar, o programa de que se está cogitando com o Banco Mundial é o programa decenal de desenvolvimento siderúrgico, sem fronteiras entre siderúrgicas estatais ou privadas. A rigor o Banco Mundial prefere financiar a siderurgia privada. Foi mesmo uma das razões da disputa com a Índia, que desejava o auxílio do Banco Mundial, porém exclusivamente para a siderurgia estatal, quando a preferência do Banco Mundial seria para financiar a siderurgia privada ou sistemas mistos, em que coubessem empresas estatais e empresas privadas.

O que se está procurando fazer é o balanço global do investimento necessário à expansão siderúrgica no Brasil, segundo os diversos tipos de produtos e exigências do mercado, e o investimento contemplado será para a siderurgia estatal ou privada, conforme se demonstre a necessidade do produto para o mercado.

Após ser obtido, alcançado êste panorama global, caberá ao Governo, evidentemente, dar garantia e apóio para que as indústrias privadas, consideradas prioritárias nêsse estudo, nessa análise, possam levantar fundos, aí, então, com uma visão de conjunto, teremos elementos para conceber uma política de estímulos à siderurgia, que pode ser, como mencionou, estímulos fiscais, coeficientes de depreciação acelerada, redução no Impôsto de Renda, financiamento do BNDE a outros instrumentos de que se possa lançar mão para atingir um esquema ótimo de desenvolvimento siderúrgico, ajustado às exigências do mercado e baseado na utilização ótima dos investimentos já feitos, sejam particulares, sejam públicos.

O Sr. Alberto Pereira de Castro — A conferência do Sr. Ministro Roberto Campos, incisiva como foi, sugere uma quantidade muito grande de perguntas. A pessoa do Sr. Ministro, pelo seu passado, pela sua posição e acima de tudo pela sua capacidade, daria resposta às perguntas suscitadas naturalmente numa noite muito vibrante. Infelizmente, o Sr. Ministro ainda tem compromissos esta noite, de maneira que vou ter que encerrar os debates e passar a palavra ao Sr. Presidente da Mesa.

O SR. PRESIDENTE — O Centro Moraes Rego tem a comunicar aos senhores que realizará, no início de novembro, um simpósio sôbre tratamento de minérios. Os detalhes serão futuramente anunciados.

O Sr. Eduardo Silva — Queria fazer um apêlo breve ao Sr. Ministro. É possível?

O SR. PRESIDENTE — Pois não.

O Sr. Eduardo Silva — Chamo-me Eduardo Silva e sou estudante da Escola Politécnica.

Sem falsa modéstia, Sr. Ministro, e com uma visão bastante objetiva da realidade, devo dizer que na nossa escola existe um curso de estudos de transportes para engenheiros civis.

Quando nós, estudantes, lemos nos jornais e vemos declarações de um Deputado Federal sôbre a possível vinda de engenheiros e técnicos estrangeiros para construir estradas no Brasil, sentimos um grande acabrunhamento. Na verdade, não temos mêdo nem temor da concorrência. Ao contrário, desejamo-la, porque dá uma oportunidade para demonstrarmos o nosso alto nível técnico. Gostaríamos de dizer aos Deputados e políticos que não temos tempo para ouvir as denúncias e fazer, paralelamente, um sentido apêlo ao governo para que dê as mesmas oportunidades aos técnicos brasileiros, porque o nosso valor saberemos comprovar. Muito obrigado.

O Sr. Roberto de Oliveira Campos — Sr. Presidente, antes que se encerre a sessão, cabe-me por cortesia e por interêsse responder à pergunta que me foi feita.

Imagino que o argüinte se refere a recentes debates na Câmara Federal e foram feitas argüições dessa espécie respondidas pelo Mal. Juárez Távora, Ministro da Viação, há dois dias atrás.

Em primeiro lugar, há uma confusão. Não se estão recrutando técnicos para construção de estradas. O que há é uma aceitação de assistência técnica para estudos de exequibilidade, chamada "physibilities stores", e aliás muito me admira de os engenheiros se sentirem feridos com isso. Os que deveriam se sentir feridos são os economistas, porque, exatamente a assistência técnica se centraliza num problema econômico, quer dizer, a opção entre sistemas de transporte, a análise de custos e coisas dessa natureza. Os economistas, entretanto, nunca se preocuparam com isto e sou um dos mais antigos profissionais e entendo que há, realmente, sérias deficiências na nossa economia de transportes. Simplesmente não temos um número suficiente de economistas de transportes experimentados na avaliação de alternativas e suficientemente desapaixonados para não assumirem pontos de vista rodoviaristas ou ferroviaristas. Vejo, com surpresa, uma sensibilidade à flor da pele nos engenheiros, que são exatamente os menos atingidos em toda essa história. Mas, vamos ser francos e positivos. O Brasil está interessado em obter financiamento, e o está obtendo. Obteve financiamento da Weight e obteve financiamento do Banco Inter-Americano e está pleiteando, com excelentes possibilidades de obter, financiamento do Banco Internacional. É direito e privilégio do financiador, quer nacional, quer estrangeiro, de fazer o seu próprio julgamento sobre os projetos. Isso nada tem a ver com a existência ou inexistência de técnicos nacionais, dignidade ou indignidade de técnicos nacionais. Essa sensibilidade à flor da pele se me parece um complexo de inferioridade assaz irritante. Na realidade, se o Banco Internacional fôsse financiar um projeto na Alemanha, não aceitaria sem questionar a opinião exclusiva de técnicos alemães. Se viesse um pedido dos Estados Unidos e recebesse projetos que lhe fôsem apresentados, apesar da enorme tradição técnica dos Estados Unidos, insistiria, como organização internacional que é, em coletar a opinião de alemães ou holandeses ou dinamarqueses ou franceses, unicamente, para ter segurança e objetividade. Isto é normal em qualquer agente financiador.

Aliás, não interessa ao Brasil, que já está exportando serviços técnicos para o Paraguai e Bolívia e que pode se transformar num grande exportador de serviços técnicos, porque em vários ramos da Engenharia já estamos assaz desenvolvidos, não interessa ao Brasil haver uma vedação da participação de técnicos estrangeiros na análise de projetos pelo simples motivo de que isto eliminaria a possibilidade de o Brasil se transformar num exportador desses serviços. Quando o Banco do Brasil votar um financiamento, não aceita sem discutir o projeto preparado pelo peticionário. Ou faz o seu próprio exame ou contrata consultores. O Banco Inter-Americano não poderia, segundo os seus estatutos, nem o Banco Internacional, fiar-se exclusivamente na análise e avaliação técnica do peticionário. Têm, evidentemente, que recorrer a uma opinião de técnicos de outros países, até pela superstição de objetividade. É possível, inclusive, que o técnico do terceiro país contratado seja menos competente do que o técnico internacional. É, entretanto, da sistemática internacional o preconceito de não objetividade de um técnico nacional e a necessidade de confrontação de opiniões. É isto justamente o que ocorre. Ao pleitearmos financiamento do Banco Internacional, do qual somos agentes, visto que ninguém é inimigo declarado do Brasil, visto que somos membros e contribuintes, ao pleitearmos um financiamento do Banco Internacional, repito, temos que aceitar que eles procurem que se confrontem os próprios julgamentos técnicos com

a sua própria análise, e no caso estritamente internacional, porque tem recrutado técnicos de vários países, holandeses, franceses, dinamarqueses, americanos e assim por diante. Acho esta prática útil. Em nada nos diminui. Nós, na realidade, podemos ser exportadores de serviços técnicos ao Paraguai, por exemplo em hidrelétrica e saneamento, dentro da finalidade do Banco Inter-Americano, exatamente com base nesta idéia de que a avaliação técnica dos projetos não deve ser exclusivamente do país pleiteante do empréstimo, mas sim do esforço conjugado da agência financeira do país pleiteante do empréstimo e dos terceiros países que garantam a objetividade do projeto. Nada vejo nisto de deprimente, não vejo que isto seja redução do mercado de trabalho para os nacionais. Pelo contrário, à medida que êsses investimentos se avolumam, teremos uma dilatação do mercado de trabalho, porque os próprios técnicos estrangeiros sentem uma necessidade de se associarem às firmas nacionais e de recorrer à mão de obra nacional para uma grande parcela das tarefas, e isto nos possibilitará a nós mesmos exportar serviços técnicos. De maneira que não há razão para tôda esta celeuma, que é uma tempestade em copo d'água. Se alguém tivesse que se sentir ferido ou ofendido que seja, certamente não seriam os engenheiros, mas os economistas e declaro aqui, em alto e bom som, que, como economista, não receio confrontação com nenhum técnico estrangeiro. Quando couberem, os acolherei com dignidade intelectual. Dar-lhes-ei lições naquilo em que forem deficientes — e são deficientes em vários aspectos; aprenderei humildemente, quando fôr necessário aprender. E, francamente, não tenho mais paciência com êste, digamos, pseudo-nacionalismo tecnológico, que só nos pode atrasar.

O SR. PRESIDENTE — Ilustre Ministro Roberto Campos, o Centro Moraes Rego externa a V. Exa. sua gratidão pela brilhante aula com que nos brindou e que ficará registrada de forma especial em seus Anais.

Lidando com assunto que não é de sua especialidade, a versatilidade de professor experimentado permitiu-lhe tecer debates com eminentes técnicos na especialidade, dando demonstração mais que cabal de sua inteligência e da segurança com que domina o campo da ciência econômica.

A gratidão é maior, assim, pela aceitação por parte de V. Exa. do convite para êste debate.

O muito obrigado do Centro Moraes Rego, que, oportunamente, fará chegar a V. Exa. a manifestação expressa de sua profunda gratidão.

Senhores, o Centro Moraes Rego sente-se jubiloso nesta noite. A par da magistral conferência pronunciada pelo ilustre Ministro Roberto Campos, valorizada pelos magníficos debates que se sucederam, êste Plenário recolhe uma amostra mais que significativa do que de melhor existe no campo empresarial e no da engenharia, não só de São Paulo como de todo o Brasil, pôsto que aqui se encontram representantes da Cia. Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, da Usiminas, da METAMIG de Minas Gerais, da Cia. Siderúrgica de Santa Catarina, bem como de outros pontos do país.

Um plenário não se avalia por seu número, mas pelo valor dos componentes. E, neste particular, melhor não poderia desejar o Centro Moraes Rego, à vista das eminentes figuras que o honraram com

sua presença, homens assoberbados de trabalho e de responsabilidade, mas que dedicaram parte de seu tempo, sacrificando suas pequenas horas de lazer, privando suas famílias do prazer, da necessidade e do conforto de sua companhia, para aqui comparecerem, prestigiando a vitoriosa realização do Centro. É a prova mais que válida de que já predomina em nosso país uma mentalidade sadia e elevada, altruística por excelência, em que o debate dos problemas de alta significação para o país já é suficiente para arrastar aos centros de estudo uma gama de eminentes vultos.

Por todo o exposto, ao levar aos senhores a expressão de seus melhores votos de reconhecimento e de agradecimento por suas presenças, o Centro Moraes Rego, acima de tudo, congratula-se com os professores, ex-alunos e alunos que o compõem pelo êxito alcançado nesta noite, sem dúvida estímulo básico que o encorajará à realização de novas, proveitosas e dignificantes realizações dêste jaez.

Está encerrada a sessão.